

ARTIGO

UNIÃO ESTÁVEL: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO PELAS VIAS EXTRAJUDICIAIS



Atualmente, a informalidade na união de casais é algo frequente, duas pessoas se conhecem, revolvem morar juntas, dividir responsabilidades e neste momento se da o inicio da formação de muitas famílias que hoje predominam em nossa sociedade.

Com características de convivência pública, contínua e duradoura onde é estabelecida com o objetivo de constituição de família, forma-se a então denominada união estável, reconhecida perante a Constituição Federal, como se casados fossem, tendo direitos e deveres preconizados no Código Civil.

Tanto o reconhecimento, quanto a dissolução podem ser feitos por meio de cartórios.

A lavratura de escritura pública de União Estável, se da entre duas pessoas que devem se dirigir ao Cartório de Notas mais próximo ao seu endereço ou que seja de sua preferência e requisitar a elaboração deste documento, onde é recomendado também se apresentar duas testemunhas junto ao casal.

E de acordo com a legislação pode ser dissolvida por dois meios, o judicial e o extrajudicial.

Tanto o reconhecimento, quanto a dissolução podem ser feitos por meio de cartórios. Para que se dê pelas vias extrajudiciais, são necessários alguns requisitos, que são: concordância com a dissolução e com a possível divisão de bens, não restando qualquer litigio e que não possua filhos menores de 18 anos.

Todo o tramite se torna mais rápido e menos burocrático para as partes, mas mesmo com tais facilidades, o feito não dispensa a presença de um advogado.

Final, mesmo que a escritura independe da homologação judicial, o tabelião somente lavrará a mesma com a assistência de um advogado ou defensor público, em que a assinatura constará no ato notorial.

Deste modo, mesmo com as facilitações que atualmente são presentes na norma, não deixa de ser um ato formal e que deve ser feito de forma respeitosa.

Alice Cazzuni Defant
Bel. em Direito

Cúpula

A ausência do ministro da Agricultura, senador Blairo Maggi (PP), não impede do Partido Progressista de fincar o pé na exigência de uma vaga na chapa majoritária da coligação em que estiver presente. A projeção é de que a força do PP está nas bases e não na cúpula.

Em MT

A previsão do Partido Progressista é de firmar coligação para os cargos majoritários e, dependendo da situação, para a disputa da Câmara dos Deputados. Porém, o Partido Progressista deve ter chapa pura para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

CURTAS

DA REDAÇÃO
COM EQUIPE

Tangará Liquida aquece economia

A economia em Tangará da Serra está mais movimentada desde esta quarta-feira, dia 07 de março. Isso porque teve início ontem o já tradicional Tangará Liquida, evento promocional realizado pela Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra (Acits). A campanha será realizada até o próximo sábado, dia 10 de março, oportunidade em que os consumidores terão a oportunidade de adquirir vários produtos com preços especiais, desde roupas, calçados, acessórios e outros, com descontos que podem chegar até 70%. As empresas participantes estão identificadas com cartazes da promoção.



Colação

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) iniciou as cerimônias de conferência de grau das turmas que concluíram os cursos superiores no segundo semestre de 2017. As solenidades prosseguirão até o dia 23 deste mês em 18 municípios de Mato Grosso.

Em Tangará

No campus da Unemat de Tangará da Serra a colação está agendada para a próxima quarta-feira, dia 14 de março, data em que a solenidade também acontecerá em outros dois municípios: Juara e Nova Xavantina. A Unemat está presente em 43 municípios do Estado e com 13 campus.

Acidentes

De 2012 a 2017, pelo menos 626 pessoas morreram vítimas de acidentes de trabalho em Mato Grosso, segundo dados divulgados pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. No ranking dos estados, Mato Grosso aparece em 11ª posição 60.418 acidentes de trabalho.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Raio-X

O Centro Hospitalar Parecis recebeu dois aparelhos de raio-X para serem utilizados. A aquisição do equipamento foi graças a uma solicitação do Vereador Gilberto Vieira (PMB), ao Deputado Federal Valtenir Pereira, que disponibilizou emenda parlamentar de R\$ 400 mil reais.

Lei

O Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção (GTCC) publicou a Lei que cria o Programa de Integridade Pública em Mato Grosso. O programa visa orientar e capacitar os servidores de órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo na implantação do Plano de Integridade.

Absolvição

O Ministério Público proferiu um parecer solicitando a absolvição da prefeita de Várzea Grande, Lucimar Campos, seu vice-prefeito, José Aderson Hazama, presidente da Câmara, Chico Curvo, e do então presidente do Departamento de Água e Esgoto, Eduardo Vizotto, por suposta compra de votos.

Deputado pede rejeição das contas de Taques

O deputado estadual Zeca Viana (PDT) pediu a reprovação das contas de gestão do governador Pedro Taques (PSDB), relativas ao exercício de 2016. O relator do documento é o deputado Jajah Neves (PSDB) e o voto em separado foi feito na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, da qual Viana é um dos membros. O deputado pediu a prisão de Taques por omissão no caso investigado na Operação Bereré.

